AUTOMÓVEL.RECURSOS DA AUTORA, PLEITEANDO A ANULAÇÃO IMEDIATA DOS ATOS DE ALIENAÇÃO DO VEÍCULO QUE CULMINARAM COM A PERDA DE SUA PROPRIEDADE E OS SUPERVENIENTES, BEM COMO A REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO AUTOMÓVEL.1. Inexistência de perda de objeto do Agravo de Instrumento nº 0017034-56.2018.8.19.0000.Revogação apenas parcial da decisão agravada.Interesse recursal da agravante em relação ao pedido de cancelamento do registro fraudulento e atos seguintes.2. Preliminar de ilegitimidade passiva da autarquia estadual a ser apreciada em primeira instância.3. No mérito, a tutela provisória, prevista nos artigos 294 e seguintes do Código de Processo Civil vigente, busca evitar a ocorrência de dano irreparável ou o risco ao resultado útil do processo, ou ainda a demora injustificável à fruição do direito pretendido, condicionado à existência dos requisitos presentes na legislação; 4. No caso concreto, embora haja demonstração da probabilidade do direito da agravante no que se refere à apropriação indébita do veículo, presume-se aboafédaadquirente.Ausência de restrição no cadastro do veículo juntoaosórgãosdetrânsitoàépocadatransferênciadobemparaa adquirente, ora 2º agravada, com quem se mantém a posse do bem.5. Necessidade de maior instrução probatória a respeito do cancelamento dos registros administrativos supostamente fraudulentos realizados perante os órgãos de trânsito. 6. As medidas deferidas pelo juízo, quais sejam, inclusão da restrição nos dados do veículo junto ao Renajude apresentação de toda a documentação de transferências do automóvel se prestam a evitar ou ao menos reduzir o risco à efetividade do processo.7. Ademais, a 2ª agravada foi nomeada como depositário fiel, sujeita à responsabilidade civil prevista no artigo 161, p. único, do CPC. 8. Precedentes jurisprudenciais.9. Decisões mantidas.Recursos desprovidos. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão.

007. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0021657-66.2018.8.19.0000 Assunto: Indenização Por Dano Material - Outros / Indenização por Dano Material / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 8 VARA CIVEL Ação: 0319949-36.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00218894 - AGTE: SIGILOSO ADVOGADO: FÁBIO DE OLIVEIRA AZEVEDO OAB/RJ-098915 AGDO: SIGILOSO ADVOGADO: ANTONIO WANIS FILHO OAB/RJ-026449 **Relator: DES. LINDOLPHO MORAIS MARINHO** Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

008. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0025506-46.2018.8.19.0000 Assunto: Cédula de Crédito Bancário / Espécies de Títulos de Crédito / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 30 VARA CIVEL Ação: 0396070-42.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00261438 - AGTE: ZILA LIMA DA SILVA ADVOGADO: SEMIRAMES KHATTAR OAB/RJ-169889 ADVOGADO: JULIANA ALVES DA SILVA OAB/RJ-171794 AGDO: BANCO DO BRASIL S.A ADVOGADO: DONES MANOEL DE FREITAS NUNES DA SILVA OAB/RJ-127580 **Relator: DES. LINDOLPHO MORAIS MARINHO** Ementa: ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA. INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. PROVA CABAL. EXIGÊNCIA DO INCISO LXXIV DO ART. 5.º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AGRAVANTE QUE NÃO COMPROVOU A ALEGADA HIPOSSUFICIÊNCIA. INCONFORMISMO MANIFESTADO POR MEIO DE AGRAVO. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA PELO COLEGIADO. Agravo do art. 1.021 do CPC/2015. Agravante que não trouxe nenhum fato a ensejar a modificação da decisão. Todos os argumentos trazidos pelo agravante já foram enfrentados, nada acrescentando a mesma com suas razões de agravo interno a ponto de modificar o entendimento deste Relator. Sendo assim, mantenho a decisão por seus próprios fundamentos.Recurso não provido. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao agravo do artigo 1.021 do CPC, nos termos do voto do Des. Relator.

009. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0026494-67.2018.8.19.0000 Assunto: Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício / Propriedade / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 4 VARA CIVEL Ação: 0025759-04.2009.8.19.0209 Protocolo: 3204/2018.00272784 - AGTE: MEDIOLANUM EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA ADVOGADO: LEONARDO DAVID MOREIRA DE SOUZA OAB/RJ-155295 ADVOGADO: FELIPE TAVARES LABUTO OAB/RJ-145727 AGDO: SOCIEDADE CIVIL LA PLAYA FESTMALL ADVOGADO: ANA FLAVIA DE ALMEIDA MENEZES OAB/RJ-091992 **Relator: DES. LINDOLPHO MORAIS MARINHO** Ementa: PROCESSUAL CIVIL.CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE IMÓVEL. ALEGAÇÃO DE QUE O BEM É DESTINADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA. ALEGAÇÃO APRESENTADA APÓS A ARREMATACÃO. IMPOSSIBILIDADE.A impenhorabilidade do bem de família visa resguardar não somente o casal, mas a própria unidade familiar.Muito embora a impenhorabilidade do bem de família seja matéria de ordem pública, que pode ser conhecida pelo magistrado a qualquer tempo, o Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento de que tal alegação deve ser suscitada até antes da arrematação.No caso em tela, a agravante foi intimada da penhora, da avaliação e da designação da hasta pública, porém nada alegou, deixando para alegar a impenhorabilidade apenas após a arrematação do imóvel.Quanto à alegação de que a arrematação se deu a preço vil, por não ter sido arrematado com valor superior a 80% da avaliação, não assiste razão à recorrente, tendo em vista que o art. 869 do CPC não se aplica ao caso em tela, já que o imóvel arrematado não é de propriedade de incapaz, mas da pessoa jurídica da qual é sócio.Precedentes do STJ.Recurso improvido. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão.

010. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0028277-94.2018.8.19.0000 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 32 VARA CIVEL Ação: 0102757-40.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00290857 - AGTE: BRADESCO SAUDE S A ADVOGADO: FÁBIO MANTUANO PRINCIPE MARTINS OAB/RJ-181783 ADVOGADO: SERGIO BERMUDEZ OAB/RJ-017587 AGDO: DRAUSIO HERMANN JOSE DE SOUZA LEAL REP/P/S/CURADORA KARINA KFURI LEAL ADVOGADO: MARIA MARTHA ALVARENGA DE ANDRADE OAB/RJ-154747 **Relator: DES. LINDOLPHO MORAIS MARINHO** Funciona: Ministério Público Ementa: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.TUTELA DE URGÊNCIA. DEFERIMENTO. PODER DISCRICIONÁRIO DO MAGISTRADO. FIXAÇÃO DE MULTA. REFORMA PELA INSTÂNCIA SUPERIOR. NÃO CABIMENTO. DECISÃO QUE NÃO SE REVELA TERATOLÓGICA, CONTRÁRIA À LEI OU À PROVA DOS AUTOS.Somente se reforma a decisão concessiva ou não, da tutela de urgência, cautelar ou antecipatória, se teratológica, contrária à lei, notadamente no que diz respeito à probabilidade do direito invocado, ou à prova dos autos. (Súmula nº 59 deste Tribunal).Nesse contexto, a outorga ou não da medida constitui ato de officium judicis adstrito ao juízo discricionário do magistrado da causa, proferida para uma situação de perigo de morosidade (pericolo di tardività, segundo Calamandrei), gerador de risco de dano irreparável ou de difícil reparação para o direito substancial da parte.A imposição de multa tem por objetivo compelir a parte a cumprir a obrigação imposta na decisão judicial no prazo assinalado.Desta forma, diante das circunstâncias do caso contrato, considerando o estado de saúde da recorrente, vítima de acidente vascular cerebral, necessitando de internação em hospital de transição, e posterior internação domiciliar, fica evidente que o valor da multa fixada na decisão agravada não se revela exorbitante.Recurso não provido. Conclusões: Por unanimidade de votos, manteve-se a sentença / decisão.

011. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0031726-60.2018.8.19.0000 Assunto: Medicamentos - Outros / Fornecimento de Medicamentos / Saúde / Serviços / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: MEIER REGIONAL 4 VARA CIVEL Ação: 0039557-59.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00328925 - AGTE: ANNA CRISTINA GUIMARÃES ADAMETZ ESCARRONE ADVOGADO: RAFAELA AMBIEL CARIA OAB/SP-363781 AGDO: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA ADVOGADO: HENRY LYONS OAB/RJ-092349 ADVOGADO: HUMBERTO SARNO ROLIM OAB/RJ-102452 ADVOGADO: